

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO	7
NOTA DO AUTOR À 5. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO — THEREZA ALVIM.....	11
PRIMEIRA PARTE — O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI E A IMPORTÂNCIA DA TUTELA DECLARATÓRIA	
1.1 Antecedentes do Código de 1973.....	19
1.2 O Código de 1973	20
1.3 As reformas setoriais	23
1.4 Perfil do processo civil brasileiro no século XXI	25
1.5 Segurança ou verossimilhança? A tutela declaratória como espelho do valor segurança	29
SEGUNDA PARTE — CONCEITO DE AÇÃO (TEORIAS)	
2.1 Conceito de ação	33
2.1.1 Teoria civilista	33
2.1.2 A polêmica Windscheid-Muther.....	34
2.1.3 Adolf Wach e a autonomia do direito de ação	35
2.1.4 Chiovenda e a teoria da ação como direito potestativo	35
2.1.5 A ação como direito abstrato	37
2.1.6 A contribuição de Pekelis	38
2.1.7 Calamandrei e a relatividade do conceito de ação ..	38
2.1.8 Liebman e a teoria da ação como direito a uma sentença de mérito	39
2.1.9 A influência de Liebman no direito brasileiro	40
2.1.10 Panorama do direito de ação na doutrina brasileira	40
2.1.11 Tendências atuais da doutrina da ação. A ação como garantia constitucional.....	43
TERCEIRA PARTE — AÇÃO DECLARATÓRIA	
3.1 Introdução	48
3.2 Breve esboço histórico e rápida visão do direito comparado	49
3.2.1 Direito romano.....	49
3.2.2 Direito medieval (juízos provocatórios)	51

3.2.3	Os juízos provocatórios na Alemanha e em Portugal	51
3.2.4	A ação declaratória no Brasil.....	52
3.2.5	Visão perfunctória da legislação comparada.....	56
3.3	Natureza jurídica da ação declaratória.....	60
3.3.1	Teoria do remédio preventivo de direitos.....	60
3.3.2	A posição de Chiovenda.....	60
3.3.3	A ação como direito abstrato.....	61
3.4	Pressupostos processuais e condições da ação declaratória. Particularmente, o interesse de agir.....	63
3.4.1	Pressupostos processuais.....	64
3.4.2	Condições da ação.....	65
3.4.3	O interesse de agir na ação declaratória.....	67
3.4.3.1	Introdução.....	67
3.4.3.2	Algumas posições estratégicas sobre o interesse de agir.....	67
3.4.3.3	O interesse de agir na ação declaratória.....	71
3.5	Objeto da ação declaratória.....	75
3.6	O ônus da prova na ação declaratória.....	82
3.6.1	Teoria de Rosenberg.....	82
3.6.2	Posição de Micheli.....	82
3.6.3	Doutrina de Chiovenda e Pisani.....	83
3.6.4	Direito brasileiro: o art. 333 do CPC.....	83
3.6.5	Ônus da prova da autenticidade ou falsidade de documento.....	87
3.7	Procedimento.....	87
3.7.1	Importância da petição inicial na ação declaratória.....	87
3.7.2	Valor da causa na ação declaratória.....	90
3.7.3	Ação declaratória e reconvenção.....	91
3.8	Sentença declaratória.....	93
3.8.1	Natureza da sentença declaratória.....	93
3.8.2	Efeitos da sentença declaratória.....	94
3.8.3	Antecipação da tutela na ação declaratória.....	95
3.8.4	Sentença declaratória e coisa julgada.....	97
3.9	Casuística da ação declaratória.....	98
3.9.1	Declaratória de mero fato.....	98
3.9.2	Declaratória e direito de propriedade.....	100
3.9.3	Declaratória e cláusulas contratuais.....	102
3.9.4	Declaratória e relações de direito cambiário.....	104
3.9.5	Ação declaratória negativa de débito fiscal.....	105

3.9.6	Ação declaratória de posse.....	110
3.9.7	Ação declaratória de nulidade de sentença com trânsito em julgado.....	112
3.9.8	Ação declaratória de união estável.....	114
3.9.9	Outras hipóteses	118
3.9.10	Ações declaratórias especiais	118
3.9.10.1	Ação de consignação em pagamento	118
3.9.10.2	Ação de usucapião	122
3.9.10.3	Ação demarcatória	124
3.9.10.4	Ação declaratória de inconstitucionalidade	125
3.9.10.4.1	Breve histórico	125
3.9.10.4.2	Sistemas de controle de constitucionalidade	126
3.9.10.4.3	Inconstitucionalidade por ação e por omissão	127
3.9.10.4.4	Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de inconstitucionalidade. Introdução	128
3.9.10.4.5	Ação declaratória de constitucionalidade.....	131
3.9.10.5	Incidente de falsidade	133
3.10	Declaratória e execução.....	136
3.11	Prescrição	140
3.12	Declaratória de autenticidade ou falsidade de documento.....	142
3.12.1	Documento, declaração e instrumento	142
3.12.2	Autenticidade e falsidade de documento	143
3.12.3	Falsidade ideológica.....	143
3.12.4	Incidente de falsidade	144
3.13	Declaratória e violação de direito	144
3.14	Declaratória e condenatória. Declaração e execução.....	145
3.14.1	Ação condenatória ajuizada após a declaratória	145
3.14.2	Propositura da declaratória depois da condenatória	146
3.14.3	A propositura da ação declaratória negativa inibe o aforamento da ação de execução relativamente ao mesmo crédito?.....	146
3.14.4	Ação declaratória e medidas cautelares	147
3.14.5	Tutela antecipada na ação declaratória	152

QUARTE PARTE — AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

4.1	Conceito	155
4.1.1	Limites objetivos da coisa julgada	155

4.1.2	O art. 469, III, do CPC.....	157
4.1.3	Ação declaratória incidental	158
4.2	Breve referência à legislação estrangeira.....	158
4.2.1	Itália	159
4.2.2	Alemanha.....	159
4.2.3	Direito austríaco e direito português	160
4.3	Natureza jurídica e finalidade da ação declaratória incidental	161
4.3.1	Natureza jurídica	161
4.3.2	Finalidade	162
4.3.3	Distinção entre a declaratória incidental e a reconvenção	162
4.4	Requisitos da ação declaratória incidental	163
4.4.1	Existência de questão prejudicial autônoma	164
4.4.2	Controvérsia sobre a existência ou inexistência de relação jurídica.....	166
4.4.3	Existência de processo de cognição ampla	167
4.4.4	Competência absoluta.....	167
4.4.5	Outros requisitos	168
4.5	O interesse de agir na ação declaratória incidental	168
4.5.1	A posição de Chiovenda	169
4.5.2	A teoria de Montesano seguida por Ada Pellegrini Grinover.....	169
4.5.3	Interesse de agir específico	169
4.5.4	Interesse de agir no direito alemão	170
4.5.5	Interesse de agir no direito brasileiro.....	171
4.6	Legitimidade para propor a declaratória incidental. Momento em que o pedido deve ser formulado	171
4.6.1	O art. 325 do CPC	171
4.6.2	Os arts. 5.º e 470 do CPC	171
4.6.3	Declaratória incidental requerida pelo réu	171
4.7	Objeto da ação declaratória incidental	173
4.7.1	Introdução	173
4.7.2	Conceito de relação jurídica	173
4.7.3	Pretensão à declaração incidente	173
4.7.4	Relação jurídica subordinante e relação jurídica subordinada	174
4.8	Procedimento	174
4.8.1	Introdução	174
4.8.2	Pedido inicial	174
4.8.3	Citação	175

4.8.4	Saneamento.....	175
4.8.5	Julgamento conforme o estado do processo	175
4.8.6	Audiência.....	175
4.8.7	Sentença.....	175
4.8.8	Recursos.....	176
4.9	Revelia e ação declaratória incidental	178
4.10	Suspensão do processo. O art. 265, IV, <i>a</i> e <i>c</i> , do CPC	179
4.10.1	O art. 265, IV, <i>a</i> e <i>c</i> , do CPC	179
4.10.2	O art. 265, IV, <i>c</i> , do CPC.....	179
4.10.3	Momento em que se inicia a suspensão.....	180
4.10.4	Interpretação do art. 265, § 5.º, do CPC.....	181
4.11	Ação declaratória incidental e procedimento sumário.....	181
4.12	Ação declaratória incidental na execução	182

BIBLIOGRAFIA GERAL.....	185
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	201
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	205
-----------------------------------	-----

OBRAS JÁ PUBLICADAS NESTA COLEÇÃO	219
---	-----